

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

19/08/83

O professor e o diálogo

RUY NUNES

Ouve-se hoje em dia estranho vozério que, de certos círculos de estudo, se propaga pelas publicações. Proclama-se com alarido e júbilo que os professores não podem predominar sobre os alunos com os quais muito têm a aprender no dia-a-dia, que ninguém educa ninguém, e que é preciso, sobretudo, dialogar. Essas afirmações pretensiosas são acolhidas com reverência e aplausos como se, de fato, alguns colômbos e cabrais da pedagogia tivessem descido de pára-quedas em muitas escolas para anunciar um novo ideário pedagógico. Causa espanto verificar-se a ingenuidade com que se aceitam essas declarações, como se fossem o resultado de notável descoberta filosófica e educacional.

Na base dessa folia verbal esconde-se a perigosa armadilha preparada pelos cultores da discórdia e do ressentimento, a tentarem assentar como princípio inconcusso que qualquer precedência ou superioridade é sempre sinal de opressão e de injusta dominação. No entanto, nada mais falso do que esse pseudoprincípio, antes equivalente a declaração malévola, errônea e desorientadora, destinada a induzir nos jovens o espírito de rebeldia e a falta de docilidade, imprescindível esta à boa aprendizagem.

Tome-se, por exemplo, o caso da paternidade. Não há, evidentemente, filhos sem pais cuja função geradora não se esgota na procriação, mas se prolonga na educação que devem proporcionar, da melhor maneira possível, à sua prole. O fato da existência de crianças e jovens implica, portanto, a precedência e a superioridade natural dos pais, os primeiros responsáveis pela conservação e pela formação dos filhos. A superioridade dos pais lhes advém de sua precedência, de seu poder original exercido e na decisão do ato gerador; da sua autoridade como princípio natural de novas existências, sendo mais fortes, experientes e sábios que os pequenos seres que deles dependem para tudo. Podem essas crianças, um dia, transformar-se em homens mais fortes, mais sábios, mais ricos ou virtuosos que seus pais, mas até a sua maioridade, até serem capazes de responder por si próprios, os filhos estão sujeitos ao pátrio poder, e devem sempre aos seus progenitores o preito da gratidão, do acatamento e da honra, quando não do amor. Atente-se para o fato de que, segundo os mandamentos da Lei de Deus, devemos amar a Deus sobre todas as coisas, e honrar pai e mãe.

Assim como se reconhece a natural superioridade dos pais sobre os filhos — que desde pequenos devem ser tratados sempre como pessoas —, é fácil convir em que muitos homens dispõem de autoridade, precedência e superioridade sobre outros, devido à sua inteligência, à virtude, aos conhecimentos ou ao posto que ocupam na sociedade. Um homem capaz de construir pontes ou casas, de fabricar móveis, remédios ou utensílios com proficiência, de elaborar poemas, pinturas e melodias, é superior, sob tal aspecto, aos que são incapazes de saber fazer essas coisas. E como nem todos os homens são competentes para saber e fazer bem todas as coisas, segue-se que há entre eles diferenças naturais de inteligência, de aptidão, de gosto, e que uns são supe-

peçoas, ainda, podem ser superiores a outras por serem virtuosas, corretas, o que não é fácil de ser, e exige decisão, coragem, esforços e perseverança. Trata-se da superioridade moral que pode existir num pobre, num remediado e não se achar num rico, pois não é apanágio de família nem de classes sociais, mas atributo estritamente pessoal.

Outras pessoas são superiores aos cidadãos comuns por ocuparem posição de relevo na sociedade, tal como ser presidente da República, ministro, juiz, prefeito, senador, deputado, vereador, etc., enfim, uma autoridade pública. Os ocupantes desses cargos podem eventualmente ser mediocres do ponto de vista intelectual e, quiçá, podem até ser portadores de vícios secretos e defeitos graves, mas o posto para o qual foram eleitos ou nomeados lhes confere uma certa superioridade social. Cabe, pois, distinguir uma excelência natural (inteligência, virtude, beleza física, sabedoria, boa voz, força, etc.) e outra, social (cargos, honrarias, chefias, gerências, etc.). Ora, acontece que os professores — apesar de não receberem o tratamento a que fazem jus, principalmente pelo fato de serem mal pagos — participam, ao mesmo tempo, dessa dupla excelência, ainda que no seu grêmio possam existir pessoas sem o devido preparo, desajeitadas ou frustradas e não cumpridoras de suas obrigações, como ocorre, aliás, em todas as profissões, inclusive no seio do clero. O professor recebe um mandato das famílias para colaborar na formação de seus filhos. Foi assim que, desde os primórdios da civilização, surgiram as escolas onde pessoas capazes, e especialmente adestradas, se desincumbiam da educação física, intelectual e moral de crianças e jovens. Daí procede para os professores a superioridade natural de educadores, enquanto co-participantes do pátrio poder assumem a função educativa, por delegação da família. Essa superioridade natural pode acentuar-se em determinados professores, devido ao seu valor pessoal, à inteligência, à aplicação ao estudo e ao devotamento ao ensino. Em princípio, o professor devidamente preparado é sempre superior ao aluno, ainda bisonho e ignorante em matéria de letras, ciências e artes, embora o jovem inexperiente de hoje possa um dia vir a tornar-se superior ao mestre. Ademais, como qualquer outra pessoa, o professor, apesar de habilitado, pode aprender continuamente até morrer, até mesmo com a observação de seus alunos e no convívio escolar. Por outro lado, ele é ainda superior aos alunos, sem empáfia nem favor, por ocupar um posto social de alta relevância, por realizar um trabalho indispensável à sobrevivência e ao progresso da sociedade.

Teimar, pois, em dizer, repetir e regougar que o magistério é dominação, que o ensino é opressão, não passa de rematada estultícia, de falsidade malévola, de felonía, de desrespeito à inteligência, ao bom senso. Tudo isso acontece devido à epidemia de tolices que os marxistas têm difundido às pampas pelo mundo neste século atormentado.

Existe educação e existe ensino. Muitos pais ou professores podem não cumprir com as suas obrigações, mas isso é outra história. Há, no entanto, educação e ensino, em doses variáveis, na família e na escola. Ensina-se e

queiram aprender.

Quanto ao diálogo, se nunca é demais lhe recomendar a prática e lhe celebrar a importância, não é conquista nem descoberta do século XX e muito menos achado dos pregoeiros da famigerada libertação.

Na prática pedagógica, embora tenha havido alguns períodos de recesso, o diálogo é tão antigo quanto a escola e a pedagogia. Sócrates fez dele o fulcro de seu ensino, e Platão consagrou-o como novo gênero literário. Cícero imitou o genial fundador da Academia, e os santos padres da Igreja, máxime Santo Agostinho, prosseguiram com essa tradição didática. Alcuíno, no século VIII, usa do método socrático em suas aulas, e escreve obras em forma de diálogos, processo didático que se prolonga através da Idade Média. O diálogo, a serviço da cultura, pompete no ensino universitário medieval, e assume o estilo típico dos debates filosóficos e teológicos. Durante a época renascentista o processo dialógico persiste e fulgura nos escritos dos grandes humanistas e pedagogos italianos do século XV, e nas obras dos grandes mestres do século XVI como Erasmo, Vives e Melancthon. Pode dizer-se que a falta de diálogo e a predominância do monólogo professoral nas escolas se fizeram sentir de modo mais agudo do século XVII ao XIX, o que levou pedagogos desta última centúria a darem nova ênfase às práticas ativas e ao emprego do diálogo no ensino. Por isso, insistir hoje na importância didática do diálogo não será pôr o ovo em pé, como o imaginam certos ideólogos contemporâneos.

Hoje, como em qualquer época anterior, o diálogo pressupõe um terreno comum de entendimento, pois do contrário não passará de um bate-boca inócuo. O progresso pedagógico revelou que o diálogo frutífero é entabulado sobre o fundamento de exposições, cursos magistrais, conferências, leituras e experiências. Um aluno pode ter grande dose de boa vontade e perspicácia, mas não poderá dialogar a contento sobre temas como "o parasitismo entre os insetos", a "cruzada contra os albigenses", "os juízos sintéticos a priori em Kant", "a inflação", se não dispuser de algumas idéias e conhecimentos prévios sobre esses assuntos. Aí vale o provérbio: saco vazio não se põe de pé.

F8F-878F-01-012